

O CNS continuará funcionando plenamente

Fernando Pigatto

Novo Presidente do Conselho Nacional de Saúde

O novo presidente do Conselho Nacional de Saúde, Fernando Pigatto, assume a função em um momento ímpar da história: após décadas de expansão, o Sistema Único de Saúde enfrenta o sua mais dura batalha – continuar oferecendo serviços de qualidade para a população brasileira, a despeito do congelamento dos investimentos em saúde determinado pela Emenda Constituição 95 de 2016. A receita para vencer a adversidade, ele conhece bem. Com uma militância iniciada ainda na pré-adolescência, sabe que não há caminho possível fora do diálogo, mesmo com aqueles que, à primeira vista, mantêm posições contrárias a tudo que sempre defendeu.

Revista Nacional de Saúde: Fernando Pigatto, o sr. é uma pessoa bastante conhecida de quem faz o controle social da saúde no Brasil. Qual foi a sua trajetória até chegar à presidência do CNS?

Fernando Pigatto: Primeiramente, gostaria de dizer que sinto uma honra muito grande de estar presidindo a maior instituição do controle social brasileiro: o Conselho Nacional de Saúde. A nossa trajetória foi uma trajetória embasada numa construção coletiva. Eu comecei a participar de questões sociais com 13 anos de idade, em grupos de jovens das comunidades eclesiais de base, depois, em movimentos estudantis secundaristas, em movimentos estudantis universitários e por aí vai. Sempre tive alguma ligação com o movimento social, e, nos anos 2000, iniciei a participação no movimento comunitário, sendo presidente da Associação dos Moradores no Bairro Primavera, em Rosário do Sul, que é a cidade onde eu resido. Fui secretário-geral da União de Vilas e Bairros da cidade e também participei da Associação Gaúcha de Moradores e da Confederação Nacional das Associações de Moradores - a Conam - além da Federação Gaúcha, em que, agora, estou como presidente. Fui Diretor de Planejamento, Secretário-geral e atualmente sou Diretor de Saúde da Conam. Eu vim para o Conselho Nacional de Saúde no final de 2014.

RNS: Como a sua formação profissional vai contribuir para a gestão do CNS?

FP: A minha formação é gestão ambiental, então, tem a ver com a área da saúde, por mais que não seja uma profissão tecnicamente reconhecida, como en-

fermagem, farmácia, odontologia - que são aquelas profissões mais identificadas como sendo da saúde. Mas a gestão ambiental tem tudo a ver com a saúde. Eu cheguei no CNS para atuar na Comissão Intersetorial de Saneamento e Meio Ambiente. Depois, participei da gestão que acabou em dezembro e da própria reformulação do Conselho. Coordenei a Comissão Intersetorial de Vigilância em Saúde, por isso, quando veio a realização da 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde, eu tive o papel de coordenar, junto com o então presidente do CNS, o Ronald dos Santos. Também participei da elaboração e aprovação da Política Nacional de Vigilância.

“O Sistema Único de Saúde está na UTI, é um paciente que está inspirando cuidados extremos. Nós precisamos tratar o SUS para que ele saia dessa situação e para que ele não venha a óbito”

- Fernando Pigatto

RNS: Qual marca o senhor pretende imprimir na gestão que se inicia no CNS?

FP: Cada vez mais, nós precisamos multiplicar os defensores e defensoras do Sistema Único de Saúde de nosso país, precisamos, cada vez mais, se somar e se multiplicar. Nós temos que ter a noção de que a defesa e o fortalecimento do SUS depende de cada um e cada uma - conselheiros e conselheiras - não só a nível nacional,

mas, também, estadual, local e municipal. Há mais de 100 mil integrantes de conselhos nesse país, fora outras representações de pessoas que, de uma forma ou de outra, atuam no controle social da saúde. O nosso trabalho vai ter a marca de um trabalho coletivo, seja na Mesa Diretora, com divisão de tarefas, seja no pleno do Conselho. É dessa forma que acreditamos que vamos ter cada vez mais a força necessária para fazer a defesa e o fortalecimento do Sistema Único de Saúde e do controle social brasileiro.



RNS: Quais os principais desafios que o CNS vai enfrentar nestes próximos 3 anos?

FP: Nós temos algumas questões que são pautas para nós, que têm a ver com todo o Sistema Único de Saúde no Brasil, que é a Emenda Constitucional 95. Essa é uma pauta que nós precisamos dar prioridade. Nós já temos uma mobilização muito grande. O CNS, inclusive, *amicus curiae*, naquela Ação Direta de Inconstitucionalidade que está no Supremo Tribunal Federal. O próprio Conselho, desde quando foi apresentada a proposta do congelamento dos investimentos em saúde, o conselho tem deliberação contrária. A gente sabia dos efeitos danosos que causaria uma emenda como essa, que já está mostrando os resultados. A EC 95 é a emenda da morte, porque está causando mortes em todo Brasil.

RNS: Como o CNS vai agir para mudar esse quadro?

FP: Nós vamos intensificar a mobilização em torno do nosso abaixo-assinado, que está no site do Conselho. Várias entidades e instituições também estão recolhendo e suas assinaturas, com bancas armadas nas assembleias, nas reuniões, nas atividades que levam as folhas do abaixo-assinado para as pessoas assinarem. Nós já entregamos ao STF em 2018, na Marcha da Saúde em Brasília, milhares de assinaturas. Todos os nossos parceiros são defensores e defensoras do SUS e vão somar forças para que essa emenda constitucional seja revogada, seja considerada inconstitucional. Essa é uma grande luta que nós teremos, e, logicamente, para isso, nós precisamos efetivar uma grande Conferência Nacional de Saúde, a nossa 16ª.

O CNS é uma instituição reconhecida e está estabelecido no formato da lei. Deve continuar existindo normalmente, funcionando plenamente.

– Fernando Pigatto

RNS: O único caminho da reversão do congelamento dos investimentos em saúde é por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade? Ou é possível tentar outro caminho, como uma nova mudança constitucional?

FP: Essa decisão é uma decisão tomada pelo pleno do Conselho por unanimidade. É o que a gente acredita ser o melhor caminho, tanto nos debates que fizemos, como em todas as avaliações. Temos de fazer o enfrentamento desse ponto. No pleno do conselho foi aprovada por unanimidade e colocada em prática a mobilização pela aceitação no STF dessa Ação Direta de Inconstitucionalidade. Poderão surgir outros caminhos? Poderão, mas por enquanto essa é a nossa ação coletiva e essa é a nossa forma de mobilizar.

RNS: Uma das consequências da EC 95 é o sucateamento do SUS. Qual a situação atual?

FP: O Sistema Único de Saúde está na UTI, é um paciente que está inspirando cuidados extremos. Nós precisamos tratar o SUS para que ele saia dessa situação e para que ele não venha a óbito. Portanto, para isto, nós precisamos de uma grande construção nacional, com todos e todas. Precisamos de parceiros na defesa do SUS. Eu acredito que as divergências de

outros pontos nós devemos deixar em segundo plano. As divergências fazem parte da democracia. Nós temos pontos de vista específicos sobre algumas questões que não podem, neste momento, nos dividir. Nós temos que colocar em primeiro lugar a defesa e o fortalecimento do SUS. Todos e todas que acreditam no SUS precisam se somar ao CNS e aos demais parceiros para que a gente possa enfrentar as adversidades.

RNS: Caso isso aconteça, quais as consequências?

FP: Nós temos aí muitas epidemias acontecendo e algumas doenças estão voltando. Nós temos aí a questão do próprio atendimento da atenção básica, lá na ponta. As pessoas estão sentindo a cada dia o atendimento piorar. Nós sabemos hoje que, inclusive, os próprios gestores, seja das esferas estaduais, mas, principalmente, das esferas municipais, têm sentido, no dia a dia, a dificuldade de manter o SUS. Precisamos cada vez mais unir forças para poder defender a saúde pública, que está a perigo e correndo risco de vida.

RNS: E como estão os preparativos para a 16ª Conferência Nacional de Saúde?

FP: A 16ª Conferência Nacional de Saúde já está em andamento,

a comissão organizadora funcionando a pleno vapor. Tivemos já o documento orientador aprovado, a metodologia, o regulamento. Agora em janeiro iniciam-se as Conferências Municipais, que vão até abril, depois, as Estaduais, e, no mês de agosto, de 04 a 07, nós temos a etapa nacional - a nossa oitava mais oito. Então, esses dois pontos para nós agora são prioritários. Nós estaremos realizando a primeira reunião do mês de janeiro para pautar as nossas atividades, com todas as contribuições de quem está representando as suas entidades, as suas instituições e seus segmentos dentro do Conselho, que trarão as suas propostas e também as próprias comissões intersectoriais. Foi aprovado no Conselho que as comissões intersectoriais terão até o mês de junho para serem modificadas. Então, há uma série de pautas das próprias comissões intersectoriais que virão para o nosso planejamento para apontar quais serão as nossas prioridades para os próximos três anos da gestão.

RNS: Recentemente circularam matérias na imprensa dando conta de que o presidente Jair Bolsonaro cogitava diminuir a importância e o tamanho dos conselhos populares. Como será o relacionamento do CNS com o novo governo?

FP: O CNS é uma instituição reconhecida e está estabelecido no formato da lei. Deve continuar existindo normalmente, funcionando plenamente. Fizemos no processo eletivo esse debate e chegamos à conclusão - e este foi um dos pontos de unidade para a nossa eleição como candidato único - de que o

CNS cumpre um grande papel e que todas as divergências

devem ser debatidas dentro do próprio Conselho. Para citar um exemplo, o ex-ministro Ricardo Barros, quando assumiu o Ministério da Saúde, ia a todas as reuniões do CNS e defendia as posições que ele queria implementar. Ele ia ao pleno, apresentava a visão do Ministério e o CNS fazia o debate. Somos um espaço para a apresentação do contraditório e para a formulação. Em toda a sua história, o CNS contribuiu para ações de políticas públicas na saúde que ajudam, inclusive, a gestão. Somos um exército de conselheiros e conselheiras que, mesmo não sendo funcionários de governos federais, municipais ou estaduais, dedicamos nosso tempo para pensar formas de melhorar a saúde no Brasil. A construção que o CNS tem é riquíssima. Tivemos gestões que foram decisivas para, por exemplo, evitar danos maiores de epidemias, como, recentemente, no problema da dengue. Para quem fala que precisamos economizar, aplicar bem os recursos, temos certeza que o CNS é uma instituição que ajuda, inclusive, a evitar gastos maiores no SUS.

Acreditamos na possibilidade de construirmos, na adversidade, a saída para os problemas. //

